

Ensaio

Narrativas sobre abortos: uma pesquisa sobre segredos

Carlos Abraão Moura Valpassos*

Resumo

No Brasil o aborto é um crime previsto pelo Código Penal desde 1940. Além disso, é um ato moralmente reprovado por diversos grupos sociais, embora mesmo assim seja uma prática recorrente em muitos deles, caracterizando-se, portanto, como uma ação oficiosa. Desse modo, uma pesquisa sobre o aborto realizada através de entrevistas enfrenta uma dificuldade essencial: obter a confiança dos interlocutores para que eles revelem aquilo que, na maioria dos casos, é um segredo compartilhado por poucos. Neste sentido, este trabalho discute a forma velada como o aborto é tratado e, também, os interstícios percorridos pelo pesquisador para obter as entrevistas e com elas trabalhar.

Palavras-chave

Aborto. Metodologia Qualitativa. Narrativas.

Abstract

In Brazil, abortion is considered a crime under the Criminal Code since 1940. In addition, it's an act morally disapproved by several social groups. Even though it's a common practice in many of these groups and characterized as an illegal action. Thus, a research on abortion conducted through interviews faces a major difficulty: gaining trust from those interviewed in order to obtain from them information which is usually a secret shared by few. Consequently, this paper discusses the concealed way how abortion is treated and also the interstices covered by the researcher in order to perform the interviews and work with them.

Keywords

Abortion. Qualitative Methodology. Narratives.

* Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Cultural pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e Professor do Departamento de Ciências Sociais do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ-UCAM). E-mail: valpassos@gmail.com

Introdução

Este trabalho resulta de minha pesquisa de doutorado, realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da UFRJ. Efetivamente, esta pesquisa foi iniciada em meados de 2007, quando o tema ainda estava por se definir e quando realizei as primeiras entrevistas com pessoas, das camadas médias urbanas do Rio de Janeiro, que vivenciaram abortos.

No Brasil, o ato de abortar é, desde o Código Penal de 1940 - vigente até os dias atuais -, classificado como crime, podendo levar seus autores a penas de 01 a 03 anos (caso a mulher realize o ato em si mesma ou consinta com a ação de terceiros) ou de 03 a 10 anos (quando efetuado sem o consentimento da gestante). (Cf. Código Penal - CP - DL-002.848-1940. Artigos 124, 125, 126, 127 e 128).

A ilegalidade e, mais ainda, a criminalização dessa prática, constituem um ponto crucial nos debates realizados sobre a emancipação feminina no Brasil. As únicas exceções que permitem a realização legal de um aborto dizem respeito aos casos em que há risco de vida para a mãe ou em que a gravidez é resultado de estupro.

Além da criminalização, pode-se dizer que o aborto é um gesto moralmente condenado por diferentes grupos sociais, sobretudo por aqueles de caráter religioso. A prática não é desconhecida e, em alguns casos, pode ser moralmente aprovada, mas o caso é que o assunto tende a criar um ambiente de tensão, de oposição de valores e reflexão sobre as justificativas em torno da ação.

A névoa de tensão que cerca o assunto é composta por algo mais do que sua classificação enquanto crime. Diversas são as ações enquadradas sob a definição de “crime”, com suas penalizações estabelecidas no Código Penal, que, no entanto, são abertamente discutidas por aqueles que cometem os delitos. Poderíamos, a título de ilustração, pensar nos usuários de maconha. Mesmo que o consumo da droga não seja divulgado, é algo que pode facilmente ser debatido em uma reunião social, tal como um “happy hour”, em que as pessoas podem vir a narrar suas experiências com a substância, sejam elas pertencentes ao espectro do passado ou mesmo um hábito do presente. O mesmo não acontece com relação às pessoas que passaram por abortos. Há quem possa declarar num evento de socialização que já vivenciou tal experiência. Isso, no entanto, é algo difícil de acontecer. Há uma tendência a evitar o assunto como uma experiência pessoal, ao passo

que o debate sobre o “o problema público” é permitido e frequentemente realizado.

O que se observa é uma repreensão moral à ação de abortamento. O assunto é envolvido por uma tensão sobre suas propriedades éticas. As divergências de opiniões sobre o tema e a incapacidade de provar a veracidade de qualquer das teorias a respeito fazem com que um clima de conflito se instaure no julgamento dessa ação, lançando sobre aqueles que realizaram o procedimento possíveis recriminações por pessoas veementemente contrárias à prática.

Nesse contexto, o aborto assume os contornos de um tabu, num sentido geral, caracterizando uma questão proibida ou interdita, o que de imediato impõe dificuldades à sua abordagem. A identificação das pessoas que passaram por tal experiência e sua quantificação, por si sós, já são questões que requerem algum esforço.

No mais recente censo sobre a dimensão do aborto no Brasil, Diniz & Medeiros (2010) destacam:

“Os dados sobre a magnitude do aborto provocado no Brasil devem ser examinados à luz do contexto restritivo da lei. O aborto é um crime e as mulheres são penalizadas por sua prática. Os pesquisadores não têm como oferecer medidas de sigilo ou proteção às mulheres que participarem das pesquisas, sejam elas realizadas em hospitais ou em suas residências. Não há direito ao sigilo para o exercício da pesquisa no Brasil”.

Isso acarreta uma inevitável dificuldade na realização de entrevistas e na aplicação de questionários. Silva (1993) afirma que a realização de pesquisas face a face sobre o aborto produzem resultados com cerca de 80% de omissões. A pesquisa de Débora de Diniz e Marcelo Medeiros conclui que, em 2010, nas áreas urbanas brasileiras, 15% das mulheres entre 18 e 39 anos já tinham realizado aborto em algum momento de suas vidas. Para chegar a essa conclusão os pesquisadores tiveram que fazer uso da “técnica de urna”, definida e justificada por eles da seguinte forma:

“A técnica de urna consiste em um questionário sigiloso preenchido pelas entrevistadas e depositado em uma urna, sendo indicada como uma das melhores alternativas para esse tipo de estimativa”. (Idem; 03)

Percebe-se, pois, que a garantia de sigilo sobre as identidades, ou seja, a promessa de manutenção de um anonimato, é condição *sine qua non* para que uma pesquisa sobre essa temática possa ser realizada.

Num levantamento estatístico, a técnica de urna, ou seja, o uso do voto secreto, sem lista de votantes, surge como método perspicaz e eficiente. Se o objetivo, no entanto, for uma abordagem qualitativa, ou seja, a busca por narrativas sobre o assunto, a questão torna-se mais complexa. As pessoas não falam publicamente sobre a experiência do aborto, muito pelo contrário, elas a tratam como um segredo. É um tema de foro íntimo, limitado à própria pessoa ou, quando muito, a um pequeno círculo de “pessoas de confiança”. Em uma pesquisa que visava recuperar narrativas sobre abortos, com suas dimensões públicas e, sobretudo, privadas, não caberia, pois, a revelação da identidade das personagens.

Se a alteração ou a ocultação dos nomes dos atores podem trazer aquela impressão de “rostos borrados ou as tarjas pretas cobrindo os olhos que vemos em filmes e fotos de jovens infratores” (Cf. FONSECA: 2008, 41), no caso das mulheres que fizeram abortos, a revelação de suas identidades poderia proporcionar-lhes constrangimentos e censuras morais – quicá judiciais. A garantia do anonimato das pessoas que ofereceram suas narrativas, nesse caso, tal como argumenta Fonseca (Idem, 42), “não implica uma atitude numa atitude politicamente omissa do pesquisador. Muito pelo contrário”. Trata-se, pois, de uma forma de respeitar a privacidade das pessoas que aceitaram compartilhar suas experiências com o etnógrafo. Desse modo, tal como propõe Claudia Fonseca:

“(...) o anonimato seria a maneira do antropólogo assumir sua responsabilidade autoral vis a vis das pessoas que colabora na pesquisa, além de avançar uma determinada concepção de antropologia”. (Idem, 49)

As experiências de aborto que me foram narradas tratavam de eventos que não foram compartilhados amplamente, sendo, nos termos de Simmel (1986), envolvidas em uma “ocultação consciente e voluntária”. Desse modo, ficam algumas questões: 1) como identificar as pessoas e obter os relatos? 2) como, depois disso, garantir o anonimato dos protagonistas de tais histórias? São essas as questões que abordarei agora.

A obtenção de narrativas e a justificativa do uso de entrevistas

O segredo, segundo Simmel, é a forma privilegiada pela qual ocorre “a limitação do conhecimento de um associado sobre o outro”. Se o aborto representa um segredo, isso quer dizer que constitui uma ação que as pessoas não querem tornar pública, algo restrito à sua própria esfera existencial. Daí a dificuldade de identificar quem vivenciou ou não um aborto.

Se considerarmos, tal como sugerem os resultados da pesquisa de Diniz e Medeiros, que 15% das mulheres entre 18 e 39 anos já fizeram ao menos um aborto em suas vidas, isso significa que certamente conhecemos várias pessoas que já passaram por essa experiência.

A expressividade numérica do aborto no Brasil revela-se, também, na pesquisa de Pai Ching Yu (2010) sobre a realização de intervenções cirúrgicas não cardíacas. Analisando os dados (DATASUS) disponibilizados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) sobre o período compreendido entre 1995 e 2007, a pesquisadora indica que nesse intervalo foram realizadas 32.659.513 cirurgias não cardíacas no país. Dentre as possíveis intervenções cirúrgicas realizadas no âmbito do SUS, “a curetagem pós-aborto foi o procedimento com maior número de internações” (p. 94).

A tabela seguinte, reproduzida de Yu (p. 66), apresenta os cinco procedimentos que mais resultaram em internação:

PROCEDIMENTO	NÚMERO DE INTERNAÇÕES
Curetagem pós-aborto	238.646
Herniorrafia inguinal unilateral	138.508
Colecistectomia	92.931
Copoperioneoplastia	90.493
Apendicectomia	71.075

Expressivamente realizados, os abortos no Brasil são práticas sem sujeitos. São reconhecidas as ações, mas não seus autores. Cerca de 15% das mulheres entre 18 e 39 anos, tal como sugerem Diniz e Medeiros, já vivenciou ao menos um aborto. Disso podemos extrair as seguintes questões: Quem são essas mulheres? Como identificá-las? Como conhecer suas experiências? Se a abordagem quantitativa dos abortos revela-se difícil, não menos complexa se apresenta a obtenção de dados qualitativos sobre essa temática.

Para conseguir minhas primeiras entrevistas, adotei uma tática de divulgação dos meus interesses. Sempre que podia, falava sobre a “nova

pesquisa” que estava fazendo. Fazia isso quando apresentava algum *paper* sobre a dissertação que havia defendido, relativa a outro tema; quando estava com amigos em bares ou restaurantes; em reuniões de grupos de pesquisa; em eventuais aulas que ministrava. Sempre frisava que o sigilo seria garantido e que meus interesses eram puramente acadêmicos. Desse modo, aos poucos fui conquistando minhas primeiras entrevistas, pois, algum tempo depois de tomar conhecimento dos meus interesses, as pessoas vinham falar comigo, dispondo-se a dar uma entrevista sobre sua própria experiência ou propondo-se a convencer algum(a) amigo(a) a fornecer seu relato.

Essa tática acabou me levando a um resultado imprevisto. Comecei a tomar conhecimento de vários casos de aborto através de terceiros, sem que os protagonistas das histórias soubessem que eu conhecia tais episódios. Por meio de conversas “informais”, histórias sobre “amigas” que fizeram aborto começaram a surgir. Ora era uma amiga, ora uma ex-namorada, ora alguém que eu não conhecia, ora pessoas próximas. Desse modo, as narrativas sobre aborto vinham muitas vezes de personagens coadjuvantes das histórias. Isso conduziu eventualmente à entrevista com os protagonistas, mas ficava bem claro que eu deveria manter segredo sobre aquela informação.

As entrevistas propriamente ditas, com uso de gravador, acabaram tornando-se pouco frequentes se comparadas às narrativas que não eram “oficiais”. Fiz 15 entrevistas extensas, com cerca de 2 horas cada, com homens e mulheres de camadas médias que vivenciaram abortos. Não sei quantos relatos não registrados obtive, mas foram em uma quantidade superior à das entrevistas gravadas. Eram narrativas mais curtas, mas que apresentavam seu valor por exibir uma diversificação de contextos e de possibilidades, ampliando assim o material a ser observado.

As entrevistas diferiam do tradicional trabalho de campo e a forma como eu as obtinha não poderia ser enquadrada no modelo “bola de neve”. Não era uma entrevista que levava a outra, e isso configurava, para mim, uma situação inédita de trabalho de campo, uma vez que nessas circunstâncias as entrevistas configuravam o principal meio de obtenção de dados.

O professor Peter Fry em uma de suas aulas pediu que os alunos falassem sobre suas pesquisas e metodologias. Quando terminei minha apresentação, o Professor Fry logo observou: “Você tem um problema: a vida social não é feita de entrevistas!”.

Naquele momento percebi que, na verdade, eu tinha dois problemas: 1) a vida social não era feita de entrevistas; 2) era nula a possibilidade de acompanhar o processo de decisão e a realização de um aborto.

Num tema amplamente marcado pelo seu caráter oficioso (BOLTANSKI, 2004; DEVEREUX, 1955) e no qual pouco me ajudava meu sexo, o acompanhamento da decisão de um aborto e sua sequente realização era algo que só acontecia nos meus sonhos mais pretensiosos. Evans-Pritchard (1978, 308) chegou a sugerir que o etnógrafo do sexo masculino seria isento das suspeitas que comumente recaíam sobre os homens nativos:

“Em geral, eu diria que o antropólogo do sexo masculino, por não se ajustar às categorias nativas de homem e mulher, e portanto não precisando comportar-se como homem em certas circunstâncias, não está submetido às suspeitas, julgamentos e códigos que definem os sexos. Ele realmente está fora dessas categorias, pois está fora da vida social do grupo, por mais que procure identificar-se com ela; é até certo ponto sem sexo”.

Nada mais distante de minhas experiências de campo. Mesmo entre os pescadores de Ponta Grossa dos Fidalgos, onde realizei uma etnografia prolongada (ver VALPASSOS: 2006), o sexo do pesquisador era uma questão importante. Se, naquele ínterim, o acesso ao universo masculino era facilitado – podendo frequentar os bares, as pescarias etc –, a entrada nos ambientes domésticos ocorria apenas com supervisão dos homens, pois era aquele o domínio feminino. O ingresso de etnógrafas no âmbito da pesquisa não apenas descortinou essas dificuldades de acesso às socialidades femininas, mas também revelou as dificuldades das pesquisadoras em acessarem o domínio da pesca – marcadamente masculino (ver JORGE: 2006).

No que diz respeito à pesquisa sobre abortos, tornou-se comum escutar - não apenas de pessoas que entrevistei, mas também de amigos e colegas de profissão – comentários de surpresa: “Nossa! Um homem preocupado com esse tipo de questão?”. Houve um caso onde uma jovem que realizou cinco abortos comentou sobre isso em diferentes círculos de conversa. Três de suas colegas vieram até mim: “Sabe a Fulana? Ela já fez cinco abortos. Vou falar com ela pra tentar conseguir uma entrevista pra você”. Nenhuma das três retornou com notícias da possível entrevista e fiquei sem respostas até o dia em que uma quarta menina me disse: “A fulana contou que fez cinco abortos. Eu falei pra ela da sua pesquisa e ela disse que não falaria com você, pois você é homem”. Uma outra moça que entrevistei, mesmo colaborando com a pesquisa, sugeriu que eu trocasse de tema, pois, como homem, não conseguiria entender a complexidade das questões envolvidas naquela “temática feminina”.

Diante disso, passei a encarar a possibilidade de que, mesmo que não fossem o foco de minha pesquisa, as entrevistas seriam o modo de acesso mais “direto” que teria aos casos de aborto.

A crítica do professor Peter Fry ao uso das entrevistas encontrava respaldo, por exemplo, em Pierre Bourdieu que, num artigo intitulado “A Ilusão Biográfica”, argumentava sobre os aspectos problemáticos do uso de *histórias de vida* como fonte de dados sociológicos. De acordo com ele (2006, 189), as entrevistas que guiam as histórias de vida levam a um “esforço de apresentação de si, ou melhor, de produção de si”. Desse modo:

“Tentar compreender uma vida como uma série única e por si suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outro vínculo que não a associação a um ‘sujeito’ cuja constância certamente não é senão aquela de um nome próprio, é quase tão absurdo quanto tentar explicar a razão de um trajeto de metrô sem levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz das relações objetivas entre as diferentes estações”.

Certamente tais observações assinalam a fragilidade do modelo de entrevistas que eu estava realizando, pois, embora não se tratasse do registro de “histórias de vida” de pessoas que fizeram aborto, muitas narrativas tinham seus inícios em tempos muito anteriores àqueles em que aconteceram os abortos e se estendiam a momentos posteriores ao acontecimento central. As narrativas, obviamente, tinham como objetivo fazer com que as histórias fossem compreendidas (e eventualmente justificadas) e, por isso, apresentavam todo o pano de fundo, as redes e impressões sobre os personagens que compunham os elencos de cada história.

Nesse preciso sentido, minhas entrevistas representavam narrativas, mas de modo algum meus interlocutores pretendiam (nem eu mesmo pretendia) que fossem *descrições* dos eventos ocorridos. Cabe ressaltar a distinção estabelecida por Georg Lukács (1965; 62), para quem “a narração distingue e ordena. [Ao passo que] a descrição nivela todas as coisas”. Desse modo, como descrições, as entrevistas representam um mecanismo que tende ao fracasso; como narrativas, entretanto, elas traduzem a perspectiva do ator, suas impressões mais relevantes sobre os acontecimentos, e, embora pequem por não realizar um relato fidedigno dos mesmos, primam por destacar aquilo que, aos olhos e ouvidos do narrador, representavam os acontecimentos mais significativos dos eventos abordados.

Cabe aqui, ainda, destacar que a narrativa, modelo norteador dos relatos dos entrevistados, é a forma privilegiada de apresentação das histórias. E são elas, as histórias, que, de acordo com Wilhelm Schapp, representam o homem. Desse modo:

“Nós, seres humanos, estamos sempre envolvidos em histórias. Em cada história, há uma pessoa nela envolvida. A história e o estar envolvido em histórias estão tão estreitamente ligados, que talvez não seja possível separá-los nem mesmo em nossos pensamentos”. (2007; 13)

Como o segredo representa, segundo Georg Simmel, uma constante tensão entre sua manutenção e a possibilidade de sua revelação, conceder uma entrevista nas condições que propus seria, portanto, uma forma de atenuar o conflito entre o sigilo e a revelação. Ao narrar os eventos, meus entrevistados estavam rompendo as barreiras do segredo, mas isso acontecia de um modo relativo, pois embora o sigilo fosse quebrado, ele o era de um modo em que havia, ao menos teoricamente, a garantia de anonimato dos protagonistas das histórias narradas.

Tal como o divã do psicanalista, a entrevista com o antropólogo tinha por trás de si a garantia de manutenção do segredo. Foi isso o que argumentou uma de minhas entrevistadas para justificar que, a mim, poderia revelar coisas que não conseguira dizer a outras pessoas em função do seu grau de intimidade.

Isto nos conduz às expectativas daqueles que contam histórias, sobretudo daqueles que contam suas próprias histórias, pois o ato de narrar, ele mesmo, implica a existência de dois personagens essenciais: aquele que narra e aquele que ouve. Nesse sentido, a narrativa, considerada como ação, funda a relação entre, no mínimo, dois seres.

“O narrador procura, na ganga bruta de sua audiência, simpatizantes, cúmplices, consoladores, conselheiros, padrinhos e patronos, ou como quer que se caracterizem seus potenciais companheiros, pessoas dispostas, em maior ou menor grau, a compartilhar venturas e desventuras, ou, no espírito de [Walter] Benjamin e Schapp, o pão das suas histórias”. (MELLO & VOGEL: 2000; 90)

Ao narrar os segredos numa entrevista de pesquisa, em que constantemente eram reiteradas as preocupações relativas à manutenção do sigilo, as

peças compartilhavam suas histórias, ou seja, aquilo que segundo Schapp as caracterizava como seres humanos, sem terem de arcar com possíveis retaliações morais decorrentes da publicidade e do julgamento de seus atos.

Para o pesquisador, tudo isso acarretava responsabilidade, pois, ao se propor como ouvinte atento de segredos alheios, comprometia-se, ao mesmo tempo, a preservar as identidades dos protagonistas das narrativas. Quem concedia a entrevista sabia que, eventualmente, suas histórias seriam reveladas a outrem, mas sabia também que, apesar disso, sua identidade continuaria encoberta pelo espesso véu do segredo.

O empreendimento, a narrativa etnográfica e a ocultação das identidades

O sigilo sobre a identidade dos entrevistados começava a ser um problema desde antes da realização da entrevista. Uma vez que a tática de obtenção de relatos era a ampla divulgação do objeto de pesquisa, meu espectro de ação não era muito amplo, concentrando-se, sobretudo, em redes de pessoas mais ou menos próximas a mim.

Por isso foi necessária uma preocupação com relação ao local de entrevista, pois, ao ser visto com uma moça que não fosse uma amizade reconhecida, não era difícil que terceiros concluíssem daí que ela era uma “nativa”. Desse modo, as casas das entrevistadas apareciam como bons refúgios, assim como minha própria casa.

Isso, todavia, não garantia a ausência de problema. Certa vez, eu estava terminando a entrevista na casa de uma moça quando tocou o interfone. Um grupo de pessoas estava à porta do prédio querendo subir para convencê-la a sair para um bar. Não existiria problema se eu não tivesse conhecido essa moça num bar onde estavam justamente esses amigos dela, pouco tempo antes, em uma ocasião em que havia mencionado a pesquisa – fato que me havia garantido a entrevista com ela.

Se as pessoas subissem e me vissem ali, ainda que escondidos o caderno de notas e o gravador, o leque de possibilidades que justificariam minha presença era bastante restrito e nada promissor para ela. Resultado: permaneci oculto até que as pessoas – todas – sássem (depois joguei a chave por debaixo da porta).

Além das questões relacionadas às entrevistas, o processo de escrita dos textos, quando requer uma apresentação mais extensa da narrativa, envolve uma série de cuidados para preservação das identidades. Por se tratar de pessoas com certo grau de proximidade, a possibilidade de identificação de uma delas torna-se relativamente grande, bastando para isso a leitura de um artigo e o conhecimento prévio de uma série de informações sobre os atores.

Para contornar esse problema, passei a usar apenas extratos das entrevistas. Quando eram necessárias apresentações pormenorizadas, a alteração dos nomes não bastava: era necessário mudar os nomes de todos envolvidos, os lugares, as profissões e, por vezes, até mesmo as datas.

Essas modificações, todavia, não garantem que os protagonistas das histórias não se sintam revelados através dos detalhes expostos. Em certa ocasião, usei quase toda a transcrição de uma entrevista para abrir um texto de maior fôlego. Resolvi compartilhar as ideias ali expostas com minha interlocutora que, ao ver que sua história estava toda narrada ali, tomou-se de fúria contra mim. Sentia-se exposta e, sobretudo, traída. Argumentava que tinha me concedido a entrevista, mas que acreditava que apenas alguns trechos seriam usados. Aquilo, argumentava, era uma exposição demasiada, uma traição da confiança que me fora depositada.

Segundo Sébastien Schehr (2008; 45):

“(…) quando nos focalizamos na experiência ordinária da traição – quer dizer, nas traições vividas – o leque das ações se restringe consideravelmente. Assim, a maior parte das pessoas que interrogamos sobre o assunto evocaram a título de experiência a infidelidade e o adultério, a *revelação de um segredo*, o abuso de confiança por parte de um próximo, o abandono por um membro da família e a demissão quando há forte investimento no trabalho”.
(grifo meu)

Na opinião de minha interlocutora, eu era um traidor. Eu teria revelado seus segredos, exposto sua pessoa ao juízo público, tornado público aquilo que me fora revelado sob a explícita condição de que deveria ser mantido em sigilo. Percebi, então, que minha profissão, em algum grau, sempre revelaria uma faceta traidora.

O ofício de etnógrafo, desse modo, articula diferentes problemas éticos. Quando lembramos as recomendações indicadas, na época, pelo Código de Ética da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), encontramos que as populações que se tornam objeto de nossas pesquisas têm o direito de

“preservação de sua intimidade, de acordo com seus padrões culturais”. Uma pesquisa sobre abortos, como a minha, então possui um problema ético evidente: ela trata justamente de questões consideradas íntimas pelas “nativas”. Resta então ao pesquisador a tarefa dupla de manter-se fiel aos dados que lhe são oferecidos e, ao mesmo tempo, preservar, senão a intimidade, ao menos a identidade das pessoas pesquisadas.

Luís Roberto Cardoso de Oliveira argumenta que existem, de um lado, as pesquisas *em* seres humanos; e de outro, as pesquisas *com* seres humanos. No primeiro caso, encontram-se as pesquisas onde os seres humanos são utilizados como “cobaia”, como ocorre no campo das ciências biomédicas. No segundo caso se enquadram as pesquisas de caráter sociológico.

“(…) no caso da pesquisa *com* seres humanos, diferentemente das pesquisas *em* seres humanos, o sujeito da pesquisa deixa a condição de cobaia (ou de objeto de intervenção) para assumir o papel de ator (ou de sujeito de interlocução). Na antropologia, que tem no trabalho de campo o principal símbolo de suas atividades de pesquisa, o próprio objeto de pesquisa é negociado: tanto no plano da interação com os atores, como no plano da construção ou da definição do problema pesquisado pelo antropólogo”. (CARDOSO DE OLIVEIRA: 2004; 34).

O problema dessa perspectiva é que, mesmo as pesquisas de caráter antropológico não tendo o interesse de intervir, alterar ou transformar as pessoas que nelas se envolvem, isso não faz com que sejam meras pesquisas “com” seres humanos, pois, em alguma medida, elas atuam “em” seres humanos. Se, como afirma Schapp, o ser humano só existe em histórias e estas o tornam quem ele é, o etnógrafo, ao evocar os eventos e narrativas da biografia de alguém, está, em certa medida, atuando não apenas “com” seres humanos, mas sim “em” seres humanos.

Tenho consciência de que os argumentos de Cardoso de Oliveira são válidos no contexto de debates a respeito dos comitês de ética em pesquisa e também da necessidade de consentimento informado. Concordo com o autor no que diz respeito às diferenças entre os dois tipos de pesquisa, mas ressalto que, em alguns casos, as pesquisas antropológicas fazem com que os atores evoquem experiências que podem mesmo vir a “mexer” com eles, uma vez que rearticulam suas recordações e interpretações, mas, sobretudo, quando são transformadas em textos e oferecem a este ator uma análise sobre ele feita por outrem – no caso, o antropólogo. Nesse sentido, se a distinção entre ser humano objetivo (físico) e subjetivo (emocional) for atenuada,

atenua-se também a barreira entre pesquisas “com” e “em” seres humanos – e isso faz com que sejam desdobrados os debates sobre ética na pesquisa de campo antropológica.

As pessoas se identificam de tal modo com suas próprias histórias que, ao ter contato com histórias semelhantes às suas, mas pertencentes a outros personagens, podem identificar-se ou mesmo reconhecer-se em tais narrativas. De certo modo, foi isso que ocorreu com minha interlocutora que, ao ver uma história que poderia ser de qualquer pessoa, mas que evocava suas próprias experiências, se reconheceu ali e sentiu que sua intimidade fora exposta.

Considerações finais

Tempos depois do episódio em que “traí” as expectativas de minha interlocutora, deparei-me com uma passagem que confirmava tal sensação no livro de Sébastien Schehr sobre a traição. Lá se discutia a opinião de Everett Hughes (*Le regard sociologique*) de que todo conhecimento é uma forma de traição, o que faz com que todo pesquisador seja, em alguma instância, uma espécie de traidor:

“a principal especificidade deste método é a de que o observador se encontra envolvido num grau ou em outro, na rede de interação social que estuda, que analisa, e da qual dá conta. Mesmo se observa através de um buraco de fechadura, desempenha um papel – o de espião. E quando relata o que assim observou, torna-se uma espécie de denunciador. Se observa como membro do grupo, arrisca ser considerado como traidor, desde quando relata suas observações. Mesmo o historiador que trabalha sobre documentos encontra um problema de papel quando relata os fatos, salvo se não existir mais nenhum sobrevivente para identificar-se com a situação ou com o grupo social referido. O ódio que suscita ocasionalmente o historiador desmistificador visa quase que cotidianamente aquele que testemunha o comportamento das pessoas entre as quais viveu. E não é tanto a redação de um relato que incomoda os indivíduos estudados, senão o próprio fato de serem pensados em termos objetivos. Esta é uma violação dos segredos e dos sentimentos que acreditavam partilhados”. (*apud* SCHEHR: 2008; 62)

A ambiguidade que caracteriza o segredo confiado a um pesquisador é intrigante, pois, além de ser a revelação daquilo que deveria ser mantido em

sigilo, é também o pedido de manutenção do segredo para um personagem caracterizado justamente pela tarefa de tornar público para o debate aquilo que lhe é apresentado. Desse modo, o pesquisador fica em uma situação complexa, pois, tem que escolher entre trair a confiança dos seus interlocutores ou trair seu próprio ofício.

A solução encontrada reside em uma espécie de meio termo. Ao revelar as histórias mantendo o anonimato dos personagens, ou seja, “contar o milagre sem revelar o santo”, torna-se possível coadunar as duas exigências: a preservação dos interlocutores e o compromisso com a pesquisa. O uso do anonimato surge então como artifício capaz de garantir que as narrativas sejam apresentadas e analisadas sem que causem prejuízos para seus protagonistas.

Foi com esse argumento que tranquilizei minha interlocutora aflita, mostrando-lhe que a história que ela reconhecia como sua, na verdade, poderia ser de qualquer pessoa, pois os dados ali apresentados tornavam possível o reconhecimento de sua identidade apenas para ela e para mim. Tudo aquilo que possivelmente a identificaria fora alterado, menos a descrição de seus sentimentos, suas aflições e suas perspectivas.

Desse processo de ocultação de identidades surgiam personagens parcialmente destacadas de seus cenários. Busquei sempre preservar os conflitos e dilemas que caracterizam cada personagem, fazendo com que sua caracterização estivesse ligada a um contexto situacional e não a um quadro objetivo composto por locais, datas e funções. Aqui, mais uma vez, o recurso ao modo narrativo surge como alternativa promissora. Ao destacar os acontecimentos de acordo com a perspectiva do protagonista da história, os aspectos descritivos são reduzidos, garantindo, dessa forma, que a história mantenha sua mensagem e, ao mesmo tempo, preserve o anonimato dos atores.

Referências

BOLTANSKI, Luc.
(2004) *La Condition Foetale - Une Sociologie de l'engendrement et de l'avortement*. Paris: Gallimard.

BOURDIEU, Pierre.
(2006) “A Ilusão Biográfica”. In.: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína. *Usos &*

Abusos da História Oral. 8. Ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, p. 183-191.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto.
(2004) “Pesquisa em versus Pesquisas com seres humanos”. In: VICTORA, Ceres, OLIVEN, R., MACIEL, M. E., ORO, Ari (orgs). *Antropologia e*

- Ética: o debate atual no Brasil*. Niterói: EDUFF, ABA, p. 33-44.
- DEVEREUX, George.
(1955) *A Study of Abortion in Primitive Societies*. New York: The Julian Press.
- DINIZ, Débora & MEDEIROS, Marcelo.
(2010) "Aborto no Brasil: uma pesquisa domiciliar com técnica de urna". *Revista Ciência e Saúde Coletiva para a Sociedade*. 0254/2010. http://www.abrasco.org.br/cienciasaudecoletiva/artigos/artigo_int.php?id_artigo=5593, p. 959-966.
- FONSECA, Claudia Lee Williams.
(2008) "O Anonimato e o texto Antropológico: Dilemas éticos e Políticos da Etnografia 'em casa'". *Revista Teoria e Cultura* V.2/N.1 e 2., p. 39-53.
- JORGE, Cyntia dos Santos.
(2006) "A Abdução da Noiva em Ponta Grossa dos Fidalgos". Monografia apresentada como requisito para a conclusão do curso de Bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense.
- LUKÁCS, Georg.
(1965) "Narrar ou Descrever". In: *Ensaios sobre Literatura*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, p. 47-99.
- MELLO, Marco Antonio da Silva & VOGEL, Arno.
(2000) "Verdade e narrativa: a filosofia das histórias e a contribuição de Wilhelm Schapp para a questão da narrativa e fundamentação de direitos". Comunicação apresentada no VI Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Universidade do Porto, Portugal.
- SCHAPP, Wilhelm.
(2007) *Envolvido em Histórias - Sobre o ser do homem e o da coisa*. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor.
- SCHEHR, Sébastien.
(2008) "Les Formes de la Trahison". In: *Traîtres et Trahisons: de l'Antiquité à nos jours*. Paris: Berg International.
- SILVA, R.
(1993) "O uso da técnica de resposta ao azar (TRA) na caracterização do aborto ilegal". *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, p. 41-56.
- SIMMEL, Georg.
(1986) "El Secreto y La Sociedad Secreta". In: _____. *Estudios sobre las formas de socialización*. Madrid: Alianza Editorial, p. 357-424.
- VALPASSOS, Carlos Abraão Moura.
(2006) "Quando a lagoa vira pasto - Um estudo sobre os conflitos em torno das diferentes formas de apropriação e concepção dos espaços marginais das Lagoa Feia - RJ". Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense (PPGA-UFF). Niterói. Disponível em: http://www.Antropologia.com.br/divu/divu45_diss.htm. Acesso em: 03 de fevereiro de 2014.
- (2011) "Abortos e Histórias sobre Eles". Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- YU, Pai Ching.
(2010) "Registro nacional de operações não cardíacas: aspectos clínicos, cirúrgicos, epidemiológicos e econômicos". Tese apresentada à Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutorado em Cardiologia. São Paulo.